



**Prefeitura de
Maracanaú**

MENSAGEM Nº 120, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025, DO PODER EXECUTIVO.

**Ao
Exmº Sr.
Vereador RAPHAEL PESSOA MOTA
Presidente da Câmara Municipal de Maracanaú
NESTA**



Assunto: PROJETO DE LEI Nº 120/2025.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar à apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal, por intermédio de Vossa Excelência, Projeto de Lei que tem por finalidade instituir o Programa de Busca Ativa Escolar no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de Maracanaú, visando garantir o direito constitucional à educação e assegurar que crianças e adolescentes estejam matriculados e frequentando regularmente a escola.

A proposta fundamenta-se nos artigos 205 da Constituição Federal de 1988, que define a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade e 208, inciso I, do mesmo diploma legal, que estabelece como dever do Estado a garantia de educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade.

No mesmo sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/1990), em seus artigos 53 e 54, assegura à criança e ao adolescente o direito à educação, cabendo ao Poder Público garantir a oferta e a efetiva frequência escolar.

Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) orienta que a educação é dever do Estado e da família, devendo ser promovida em colaboração com a sociedade, e prevê a responsabilidade dos entes federados pela gestão, acompanhamento e avaliação das políticas educacionais.

No âmbito das políticas públicas, o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) e o Plano Municipal de Educação de Maracanaú (Lei nº 1.611/2024) estabelecem metas voltadas à universalização do acesso e permanência na educação básica, o que demanda ações integradas de prevenção à evasão e abandono escolar.

A Busca Ativa Escolar é uma estratégia reconhecida nacionalmente que propõe o trabalho intersetorial entre Educação, Saúde e Assistência Social, com a finalidade de identificar, registrar e acompanhar crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de

**Palácio das Maracanãs
Rua Edson Queiroz, nº 270, Centro, Maracanaú, Ceará
CEP 61.900-200**





Prefeitura de Maracanaú

evasão. Trata-se de um mecanismo essencial para garantir a efetividade do direito à educação, fortalecer a rede de proteção e promover a inclusão educacional e social.

No contexto de Maracanaú, a instituição do Programa de Busca Ativa Escolar representa um avanço nas políticas educacionais, ao padronizar rotinas e fluxos de comunicação entre escolas, famílias e órgãos parceiros, permitindo um acompanhamento sistemático dos casos de infrequência. A formalização desse programa por meio de lei municipal reforça o compromisso do Poder Público com a garantia do acesso, permanência e sucesso escolar de todos os estudantes da rede.

A proposta prevê ainda a criação de equipe técnica responsável pelo monitoramento e avaliação das ações, a realização de formações continuadas e o uso de instrumentos padronizados de acompanhamento, garantindo transparência, eficiência e eficácia na execução das ações intersetoriais.

Diante do exposto, submeto o presente Projeto de Lei à apreciação desta Casa Legislativa, confiando em sua aprovação, por se tratar de medida de relevante interesse público e social, voltada à promoção da cidadania e à efetivação do direito à educação no Município de Maracanaú.

Atenciosamente,


ROBERTO PESSOA
PREFEITO DE MARACANAÚ



PROJETO DE LEI Nº 120, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025.

**INSTITUI O PROGRAMA DE BUSCA
ATIVA ESCOLAR NO ÂMBITO DO
SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE
MARACANAÚ E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO DE MARACANAÚ, ROBERTO SOARES PESSOA:

Faço saber que a Câmara Municipal de Maracanaú decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído o Programa de Busca Ativa Escolar no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de Maracanaú, com a finalidade de garantir o direito à educação, prevenindo a infrequência, o abandono e a evasão escolar de crianças e adolescentes.

Art. 2º. Para os fins desta Lei, considera-se:

- I – Infrequência escolar: ausência consecutiva de um estudante às aulas por três ou mais dias sem justificativa;
- II – Abandono escolar: situação em que o estudante deixa de frequentar as aulas durante o ano letivo;
- III – Evasão escolar: não realização da matrícula no ano letivo subsequente;
- IV – Busca Ativa Escolar: estratégia intersetorial de identificação, registro e acompanhamento de estudantes com baixa frequência ou risco de abandono ou evasão escolar;
- V – Agentes da Educação para a Busca Ativa Escolar: servidores designados para monitorar e intervir em casos de infrequência;
- VI – Coordenado operacional: responsável pelo planejamento, acompanhamento, entre outras atribuições, pertinentes ao Programa Busca Ativa Escolar;
- VI – Rede Parceira: entidades comunitárias sem fins lucrativos conveniadas com o Município para oferta da Educação Infantil.

Art. 3º. O Programa de Busca Ativa Escolar será desenvolvido em regime de cooperação entre a Secretaria Municipal de Educação, a Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança Alimentar, em articulação com o Conselho Tutelar e demais órgãos de proteção à infância e adolescência.

Art. 4º. São objetivos do Programa:

- I – garantir o regresso e a permanência dos estudantes na escola;
- II – padronizar rotinas e fluxos de comunicação entre escolas, famílias e órgãos parceiros;
- III – promover o monitoramento permanente da frequência escolar;
- IV – assegurar a atualização cadastral dos estudantes e a fidedignidade dos dados escolares.

Art. 5º. O Programa de Busca Ativa Escolar observará as seguintes etapas:

- I – monitoramento da frequência escolar;
- II – contato telefônico com o responsável;



Prefeitura de Maracanaú

III – visita domiciliar;

IV – encaminhamento à Secretaria Municipal de Educação;

V – eventual acionamento do Conselho Tutelar, quando esgotadas as tentativas de retorno do estudante.

Art. 6º. A Secretaria de Educação instituirá equipe técnica responsável pelo acompanhamento e avaliação das ações, cabendo-lhe:

I – consolidar dados e relatórios mensais;

II – coordenar formações continuadas sobre o tema;

III – alimentar a plataforma municipal da Busca Ativa Escolar.

Art. 7º. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 30 (trinta) dias, definindo os fluxos e responsabilidades operacionais.

Art. 8º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PAÇO QUATRO DE JULHO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACANAÚ,
AOS 17 DE NOVEMBRO DE 2025.**

ROBERTO PESSOA
Prefeito de Maracanaú

